

A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional em escola ribeirinha de Cametá-PA: limites e possibilidades

Youth and Adult Education integrated with Professional Education at the riverine school in Cametá-PA: limits and possibilities

Recebido: 05/11/2024 | Revisado:

21/03/2025 | Aceito: 17/05/2025 |

Publicado: 15/06/2026

Élen Aline Viana Wanzeler

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9113-6437>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Cametá
E-mail: profelenalinevanzeler@gmail.com

Fagner Freires de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7379-2078>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Cametá
E-mail: fagner.sousa@ifpa.edu.br

Como citar: WANZELER, E. A. V.; SOUSA, F. F. A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional em escola ribeirinha de Cametá-PA: limites e possibilidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 26, p.1-24 e17971, jun. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é investigar a viabilidade da implementação da educação profissional e tecnológica (EPT) nas turmas de educação de jovens e adultos (EJA), a partir de estudo de caso na EMEIF Professora Dilcivane Viana Moia, localizada na comunidade ribeirinha de Pacuí de Cima, Cametá, Pará. Com o resultado da pesquisa foi possível entender que, apesar dos desafios, a integração da EPT na EJA em escolas ribeirinhas, apresenta grandes oportunidades. A EPT tem o potencial de motivar e promover a inclusão social, fornecendo habilidades práticas relevantes para a realidade local de jovens e adultos. Assim, a integração dessas modalidades pode não apenas melhorar a qualidade da educação, mas também contribuir significativamente para o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos da EJA que vivem nessa região.

Palavras-chave: Educação contextualizada; escola ribeirinha; inclusão social.

Abstract

The objective of this research is to investigate the feasibility of implementing of professional and technological education (PTE) in youth and adult education (YAE) classes, based on a case study at EMEIF Professora Dilcivane Viana Moia, located in the riverine community of Pacuí de Cima, Cametá, Pará. With the results of the research it was possible to understand that, despite the challenges, the integration of PTE in YAE in riverine schools presents great opportunities. PTE has the potential to motivate and promote social inclusion, providing practical skills relevant to the local reality of young and adult's people. Thus, the integration of these modalities can not only improve the quality of education, but also contribute significantly to the personal and professional development of YAE subjects living in this region.

Keywords: Contextualized education; riverine school; social inclusion

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida pessoal e profissional. Portanto, mais do que uma modalidade de ensino, ela é um movimento pela transformação social e construção de cidadãos críticos e ativos. A EPT passa a ser extensão desse processo, visto que capacita os indivíduos Jovens e Adultos com habilidades profissionais e tecnológicas que podem melhorar sua qualidade de vida.

Nesse sentido, a implementação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) junto aos ribeirinhos da comunidade de Pacuí de Cima, município de Cametá, Pará, representa uma oportunidade de suma importância para a promoção da inclusão educacional e social. Cabe ressaltar que, segundo o Art. 205 da Constituição Federal “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p.173).

Tendo como foco esse cenário de pesquisa, a questão central que este estudo visa abordar é a seguinte: Quais as propostas e caminhos de integração da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas comunidades ribeirinhas do -município de Cametá-PA? Esse problema de pesquisa identifica a necessidade de compreender as possibilidades do acesso a EPT por parte do público da EJA, que residem na comunidade de Pacuí de Cima, localizada no município de Cametá-PA e de desenvolver estratégias que atenda às suas necessidades.

Dentro dessa perspectiva tem-se como objetivos específicos: Diagnosticar o atual cenário da EJA na EMEIF Professora Dilcivane Viana Moia; conhecer o contexto e as características dos estudantes da EJA que residem na comunidade ribeirinha de Pacuí de Cima do município de Cametá-PA; identificar, a partir dos discursos dos estudantes e docentes, a compreensão da importância da EPT para a construção de um novo cenário da EJA na escola ribeirinha e; discutir sobre os desafios para a implementação da EPT em turmas de EJA nas comunidades ribeirinhas.

Desse modo, este estudo visa oferecer uma contribuição substancial, abordando a importância da EPT integrada a EJA com o intuito de contribuir para o desenvolvimento educacional e profissional dos jovens e adultos que residem nas localidades ribeirinhas do município de Cametá, em especial da comunidade de Pacuí de Cima, proporcionando-lhes oportunidades mais amplas de crescimento pessoal e profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), pode ser definida como “Toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários” (Paiva, 1973, p. 16).

A ausência de políticas públicas consistentes, voltadas para o atendimento dessa parcela da população que não teve acesso à educação ou que dela se evadiu sem concluir o ensino fundamental, causou uma série de consequências negativas ao longo do tempo como, a exclusão educacional, as desigualdades sociais, a marginalização dentre outros. Ao longo da história, houve esforços para lidar com essas consequências, no entanto, muitas delas existem até hoje.

A Educação de Jovens e Adultos tem sua história propriamente dita no Brasil, conforme Gadotti (2011), dividida em três períodos: o primeiro, de 1946 a 1958, foi marcado por grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, em 1947, a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958; o segundo, de 1958 a 1964, destacou-se por inúmeras experiências regionais associadas ao aparato estatal e influenciadas pelas ideias de Paulo Freire¹; já o terceiro período, de 1964 a 1985, ocorreu durante a Ditadura Civil-Militar, sendo marcado por iniciativas como a Cruzada da Ação Básica Cristã no ano de 1965 e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967.

Desse modo, ocorreram muitas lutas e discussões a respeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino que se propõe assegurar o acesso à educação para todos, independentemente da idade ou classe social. A EJA ganha destaque com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”, e o artigo 2084, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.” (Brasil, 1988, p. 160).

A EJA foi instituída legalmente no Brasil como modalidade de ensino, fundamental e Médio, em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 (Brasil, 1996b), designada àqueles que não frequentaram a escola na idade adequada, em serviço à demanda de jovens e adultos

1 Exemplos incluem os Programas do Movimento de Educação de Base e de Cultura Popular do Recife em 1960, e a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, em Natal, em 1961, o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, em 1962, e em 1964 o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, preparado pelo Ministério da Educação, que adotou amplamente as referências freiriana.

analfabetos, o baixo nível de escolaridade e a defasagem escolar, que ao longo do tempo fazem parte da realidade educacional do nosso país.

Ainda que a visão predominante entre gestores e educadores seja de que a EJA é sinônimo de alfabetização, a LDB/1996, nos permite ilacionar que um programa de alfabetização é muito limitado para garantir o direito de jovens e adultos conforme preceituados na referida Constituição, e assim, remete à continuidade de estudos (no ensino fundamental e no ensino médio) desses sujeitos, que por diversas razões, não frequentaram a escola ou que dela se evadiram (Silva, 2019, p.172).

Concede sustentação também à EJA o Parecer 11/2000, que deliberou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para esta modalidade de ensino, descrevendo a oferta, indicando as bases legais, históricas, sociais, de formação de professores, entre outras. De acordo com este documento, a EJA, é percebida não unicamente como um direito, mas como, “o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, que vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos” (Brasil, 2000, p. 10). Esse entendimento é apoiado pelo trecho a seguir:

Assim, como direito de cidadania, a EJA deve ser um compromisso de institucionalização como política pública própria de uma modalidade dos ensinos fundamental e médio e conseqüentemente ao direito público subjetivo” (Brasil, 2000, p.48).

Em contrapartida, percebe-se claramente que as políticas de combate ao analfabetismo e de educação de Jovens e Adultos, atualmente, ainda recorrem a ações que, anteriormente, resultaram no fracasso dos programas implantados. A implementação da EJA ainda enfrenta diversos desafios, notadamente associados a um currículo que frequentemente não reflete a realidade dos estudantes e o elevado nível de evasão escolar.

Campos (2003) citando Fonseca (2002, p. 5), afirma que:

“os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando os jovens e adultos deixam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles”.

Paulo Freire (1983) nos lembra que educar é fornecer instrumentos para que o indivíduo possa interagir no meio social que está inserido, de forma atuante e crítica. Mas, o modelo educacional vigente não corresponde a isso. As instituições de ensino têm reproduzido, mediante seus conteúdos, o que a sociedade espera do indivíduo em formação, fragmentando a educação. Isso resulta em uma dissociação entre o conhecimento adquirido no âmbito educacional do saber vivido pelos discentes, o que aliena ainda mais os sujeitos da EJA. “O método não pode ser imposto ao aluno, e sim, criado por ele no convívio do trabalho educativo” (Pinto, 2010, p. 87).

Porém, para que essa modalidade de ensino realmente cumpra com seu papel educacional é preciso que seu currículo seja contextualizado “para que a ampliação das oportunidades educacionais não se reduza a uma ilusão e a escolarização tardia de milhares de cidadãos não se configure como mais uma experiência de fracasso e exclusão” (Ribeiro *et al.*, 1987, p. 16). Por isso, é essencial continuar debatendo e implementando políticas que abordem os aspectos sociais, culturais e educacionais, visto que, a construção de um ambiente educacional inclusivo, requer um compromisso contínuo com a justiça social e a equidade educacional para garantir aos sujeitos da EJA acesso igualitário à educação de qualidade.

2.2 A TRAJETÓRIA DA EPT INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que tem a finalidade de preparar os indivíduos para o exercício de atividades produtivas, contribuindo para a inserção dos estudantes no mundo do trabalho e para a vida em sociedade, proporcionando conhecimentos necessários para as diversas áreas profissionais.

Cumprindo com um de seus compromissos junto aos educadores progressistas, o governo Luís Inácio Lula da Silva, em 23 de julho de 2004, sancionou o decreto nº 5.154 que trouxe uma nova organização a educação profissional no Brasil. Seu objetivo era apenas de qualificação técnica para mão de obra, e agora visa a formação integral dos estudantes, passando a ser desenvolvida através de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio e educação profissional de graduação e pós graduação (Brasil, 2004). Azevedo e Tavares (2015) salientam que as ações decorrentes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), juntamente com as lutas e conquistas consolidadas pelas políticas de educação, ampliaram significativamente as possibilidades de inclusão da EJA no plano da educação profissional.

A integração da EJA à EPT tornou-se possível, apenas com a criação do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), por meio do Decreto 5.478/05. No entanto, o programa estava inicialmente direcionado à rede federal e restrito ao ensino médio. Somente com o decreto nº 5.840 de 13 de julho de

2006 houve a reformulação da proposta inicial criando o PROEJA FIC e ampliando o seu atendimento para toda a educação básica (Brasil, 2006).

Os objetivos do PROEJA FIC eram: se constituir em uma política de inclusão social emancipatória, e além disso, do ponto político-governamental, oferecer meios para a população ser incluída em suas propostas educacionais; integração efetiva da modalidade de EJA integrada à educação profissional nos sistemas de educação públicos de ensino; ampliação do acesso à educação básica, com a universalização do ensino médio; considerar o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como base essencial da formação e; levar em consideração as condições geracionais, de gênero, das relações étnico-raciais como fundamentais para a formação humana e para a construção das identidades sociais (Brasil, 2006).

Assim, Silva ressalta que,

A articulação da EJA com a educação profissional, preferencialmente desenvolvida por meio de um currículo integrado (previsto no mencionado Decreto), trouxe a possibilidade da ampliação da escolarização de jovens e adultos trabalhadores, agora na perspectiva de melhor (re)inserção no mundo do trabalho, continuidade de estudos e exercício crítico da cidadania (Silva, 2019, p.176).

Para Ciavatta (2005, p. 85), a ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Assim, afirma Ciavatta:

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p. 2-3).

Ramos (2010) destaca:

Portanto, o trabalho, como princípio educativo está na base de uma concepção epistemológica e pedagógica, que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais, considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos (Ramos, 2010, p. 69).

Desse modo, destaca-se o esforço do governo da época em criar o PROEJA e proporcionar a oferta de educação para jovens e adultos como um empenho memorável e complementar na formação humana dos indivíduos, em vez de considerá-la como algo residual do processo educativo (Pinto, 2010). Sob essa ótica, foi definido, no Documento Base do PROEJA, que uma de suas noções é:

[...] perseguir a construção de um modelo de sociedade no qual o sistema educacional proporcione condições para que todos cidadãos e cidadãs, independente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito de aprender por toda vida a jovens, homens e mulheres (Brasil, 2007, p.34).

A partir da criação do PROEJA (2005) e do PROEJA FIC (2006), surgiram diversas iniciativas para ampliar as oportunidades de formação, como o PROEJA CAMPO e o PROEJA PRONERA (2007), um adaptado às necessidades rurais, e outro voltado para os assentados da reforma agrária. Também foi criada a rede CERTIFIC (2009), com objetivo de reconhecer os saberes profissionais adquiridos na prática dos trabalhadores que não puderam ou tiveram a chance de frequentar a escola. Em 2011 foi lançado o PRONATEC, com intuito de democratizar a educação profissional, porém enfrentou desafios para adaptação dos cursos ao mercado de trabalho. Esses programas foram fundamentais para ampliar o acesso à educação.

Entretanto, a trajetória da EPT integrada à EJA, não foi marcada só por avanços, mas também por retrocessos. Dentre estes destaca-se a necessidade contínua de melhorar a qualidade do ensino ofertado, adaptação do currículo à necessidade do mercado de trabalho local, a promoção de capacitação de professores, dentre outros. É preocupante observar que os governos nem sempre tem valorizado a EJA e os programas da EPT, e isso causa diversos impactos negativos. Por isso, é importante desenvolver estratégias para superar as dificuldades enfrentadas até hoje e, principalmente, considerar as características dos discentes, valorizar suas histórias e reconhecer suas dificuldades e necessidades para evitar desmotivação e desistência ao longo de sua formação educacional e profissional (PARENTE e OLIVEIRA, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO *LOCUS* E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O município de Cametá está localizado na mesorregião do Nordeste paraense, englobando uma área de 3.081,367 km², limitando-se ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, ao sul com Mocajuba, a Leste com Igarapé-Miri e a oeste com Oeiras do Pará. Com uma população de 134.184 habitantes, distribuídos

geograficamente em duas porções distintas de terras: a região das ilhas e a região de terra firme, dispostas nas duas margens do rio Tocantins (IBGE, 2022).

Assim, o município de Cametá possui uma população significativa de ribeirinhos, se enquadrando na categoria de município ribeirinho da Amazônia. O que caracteriza essa definição são as formas de uso e as relações que sua população estabelece com os rios, ou seja, o seu modo de vida está intimamente ligado às riquezas naturais da região.

Nesse sentido, os agentes sociais que povoam essa região são reconhecidos como ribeirinhos, pois “vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). De acordo com Chaves (2001), os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e momentos de suas existências em conexão com a natureza. Essas comunidades enfrentam uma série de vulnerabilidades sociais, as quais se destacam principalmente nas áreas da educação, saúde e moradia, quando comparada as áreas urbanas.

A comunidade ribeirinha de Pacuí de Cima está situada às margens do Rio Tocantins, na proporção leste do município de Cametá, no estado do Pará. Formada por uma população de aproximadamente 650 habitantes, sendo que a maioria desta não possui renda comprovada, sobrevivendo com menos de um salário-mínimo mensal. E, além disso, grande parte dessa população possui baixa escolaridade, tendo, no máximo, concluído o Ensino Fundamental.

O modo de vida e a identidade dos ribeirinhos da Comunidade de Pacuí de Cima vem sendo construído ao longo dos tempos por uma intensa relação com os ecossistemas de várzea e com a natureza, o que exige desses sujeitos conhecimentos profundos da dinâmica da natureza e seus ciclos, para que assim possam construir estratégias de uso e manejos dos recursos necessários para sua sobrevivência.

A principal fonte de renda e reprodução social dessa população é a pesca artesanal e a atividade extrativa de frutos típicos da região, sendo o principal deles o açaí, que, por meio de sua produção e extração, movimenta a economia da ilha, proporcionando o sustento para famílias locais. Além do mais, também merece destaque a agricultura familiar, com destaque para o plantio da banana, limão, manga, condimentos utilizados como tempero nas refeições, dentre outros. Também contam com benefícios sociais (seguro defeso e bolsa família), bem como outras atividades complementares, como o artesanato. Essas atividades formam a base da economia da ilha, fornecendo meios de subsistência para os moradores locais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

É nesse contexto, que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da comunidade de Pacuí de Cima estão inseridos, dependendo de recursos naturais como parte fundamental de seu modo de vida. A importância do rio e das florestas para esses sujeitos vai além da mera sobrevivência física, representam elementos imprescindíveis que permeiam suas vidas diárias e suas identidades. Por isso, é crucial reconhecer a significância desses recursos como parte integrante do processo de aprendizado.

Assim, quando falamos sobre o processo de construção da identidade e do conhecimento dos discentes ribeirinhos da EJA, consideramos aquilo que lhes fornece não só recursos para subsistência, mas que alimentam um senso de pertencimento e conexão com ambiente. Isso, porque esse vínculo é uma parte intrínseca de sua educação e compreensão do mundo ao seu redor e, por meio desses elementos que moldam suas identidades e compreensões, pode-se enriquecer significativamente o processo educacional desses estudantes, promovendo uma visão mais holística e contextualizada da aprendizagem.

3.2 APORTE METODOLÓGICO

Como procedimento metodológico utilizou-se o estudo de caso com uma abordagem qualitativa, para analisar a percepção e perspectiva da comunidade escolar de Pacuí de Cima, no município de Cametá, Pará, sobre a possibilidade de implementação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo Yin (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para tanto, valeu-se da pesquisa de campo para coleta de dados, que permitiu o envolvimento qualitativo com o contexto ao qual se realizou a pesquisa. Esse tipo de pesquisa parte sempre da construção de um modelo de realidade, por meio da qual se determina a forma de observação, ou melhor, nela se define o campo da pesquisa, as formas de acesso a esse campo e aos participantes (ou sujeitos), para então ser possível determinar os meios de coleta e análise dos dados (Máttar Neto, 2002).

A pesquisa ocorreu com 2 (dois) docentes e 10 (dez) discentes da quarta etapa da EJA, inseridos na escola EMEIF Professora Dilcivane Viana Moia, localizada na zona ribeirinha do município de Cametá-Pá, esses sujeitos contribuíram de forma significativa para as respostas da pesquisa, que foram coletadas por meio de visitas a referida instituição de ensino. Durante as visitas, utilizou-se métodos como entrevistas semiestruturadas, com membros da comunidade escolar que fazem parte das turmas da EJA, para identificar as percepções dos discentes, desafios e expectativas em relação à integração da EPT no currículo da EJA, e aplicação de questionários totalmente estruturados com perguntas objetivas e conversas formais, para a coleta de dados detalhados e precisos. Também foram incluídos na pesquisa dois ex-alunos que desistiram dos estudos, para compreender os fatores que contribuíram para essa decisão e o interesse em voltar se cursos fossem ofertados a partir da integração da EPT na EJA. Ainda no contexto da pesquisa de campo, foi realizada uma entrevista com o Coordenador da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Cametá, a fim de identificar as possibilidades e limitações da institucionalização da EPT na EJA nas escolas ribeirinhas de Cametá.

Paralelamente, foi realizada a análise de documentos associado à educação local, incluindo registro de matrículas e políticas educacionais, para fornecer um contexto mais amplo e uma compreensão mais detalhada do cenário educacional.

Além disso, foram utilizadas pesquisas de natureza teórica como a pesquisa bibliográfica e documental a partir de pesquisas em documentos legais sobre a temática pesquisada (leis, decretos etc.). A pesquisa bibliográfica torna-se fundamental para o conhecimento e a análise das principais contribuições teóricas sobre a temática abordada. A pesquisa bibliográfica, conforme Amaral (2007), é uma etapa fundamental em todo trabalho científico, pois influenciará todas as etapas da pesquisa, ao dar embasamento teórico. Ela consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

No percurso da pesquisa realizou-se leituras, analisando concepções e fundamentações teóricas de acordo com o objeto de estudo e observações a nível de campo levando em consideração o contexto ao qual os alunos estão inseridos. A seleção criteriosa de casos e a coleta de dados de campo permitiram uma análise aprofundada das especificidades desse público da EJA da comunidade ribeirinha, enquanto a revisão da literatura contextualiza os resultados no panorama educacional mais amplo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CENÁRIO ATUAL DA EJA NA EMEIF PROFESSORA DILCIVANE VIANA MOIA

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Professora Dilcivane Viana Moia oferta a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender à comunidade de Pacuí de Cima. Atualmente, a escola trabalha com uma única turma da quarta etapa da EJA. Inicialmente composta por 25 (vinte e cinco) discentes, hoje apenas 10 (dez) frequentam as aulas regularmente, sendo 2 (dois) homens e 8 (oito) mulheres.

As aulas acontecem em dois dias da semana (Quarta-feira e Sexta-feira) no turno da tarde. Conforme o relato de um docente, “os alunos chegavam cansados nas aulas, havia muitas faltas. A adaptação para aulas em dois dias da semana foi uma proposta colocada para que eles participassem mais das aulas”. De acordo com os componentes curriculares, essa turma tem aulas de Língua Portuguesa, Matemática, Arte e Geografia. É possível observar a falta de professores para ofertar os demais componentes curriculares, o que representa um problema crítico para a comunidade escolar, comprometendo a qualidade do ensino, e dificultando ainda mais o aprendizado e a continuidade dos sujeitos da EJA no ambiente escolar.

Percebe-se, por meio de uma análise crítica da realidade atual desta instituição de ensino, diversos problemas que implicam na qualidade da educação. A redução drástica no número de discentes é preocupante e as aulas oferecidas apenas em 2(dois) dias da semana, independentemente de ter sido uma tentativa de aumentar a participação dos educandos, parece ser insuficiente para garantir qualidade do ensino, visto que, a carga horária restrita a esses dias pode ser insuficiente para cobrir adequadamente os conteúdos. Além disso, a falta de educadores é um problema crítico, já que, quando não há professores suficientes e qualificados às aulas ficam

vagas, a situação se agrava, e a qualidade do ensino cai, gerando consequências e na maioria das vezes, motivo para aquele estudante se afastar dos bancos escolares, já que o ambiente escolar se torna desestimulante e improdutivo para ele(a).

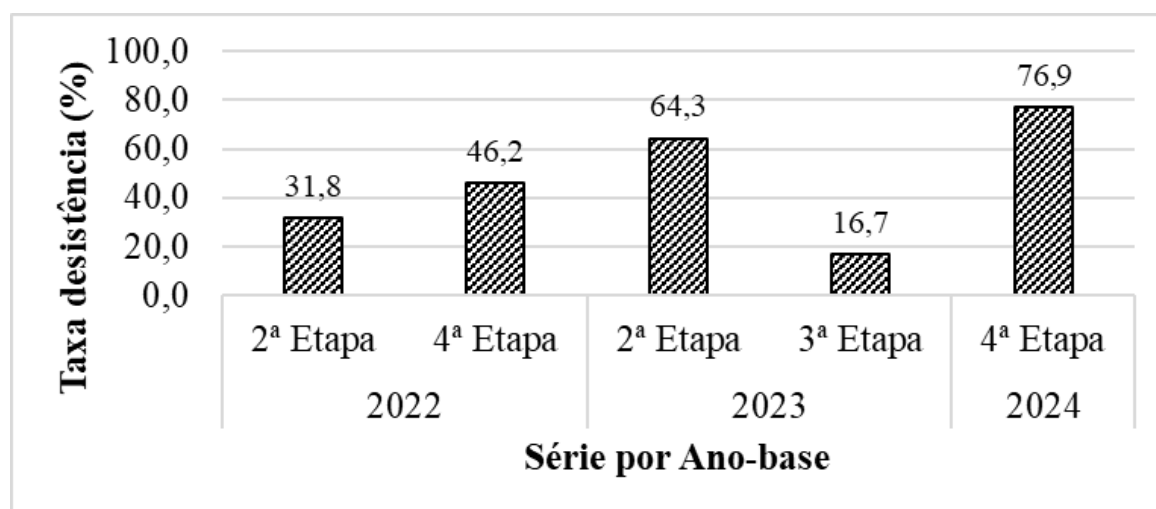
Nesse contexto, os pontos destacados contribuem significativamente para a desistência dos discentes do âmbito escolar. Para um melhor entendimento acerca da descontinuidade desses indivíduos no processo escolar materializada na desistência, evidenciamos concepções sobre esse fenômeno.

Ao discorrer sobre a utilização do termo desistência ao invés de evasão, Moura e Silva (2007, p.31) afirmam que:

O termo evasão é muito carregado de um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por várias razões, interrompeu definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional. Dessa forma, o termo também contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. É preciso ter claro que o afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional é fruto de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam mutuamente e resulta na chamada evasão (Moura; Silva, 2007, p. 31).

Na Figura 1 é possível observar a oferta de turma da EJA ao longo dos anos: 2022, 2023 e 2024, revelando o nível de desistência nessas turmas no decorrer dos anos.

Figura 1: Taxa de desistência por ano-base nas diferentes etapas da EJA ofertada na EMEIF Professora Dilcivane Viana Moia (2022-2024).



Fonte: Autores, 2024

Os dados apontam variações significativas nos índices de desistência entre as diferentes etapas e anos. No ano de 2022, foram ofertadas duas turmas com uma taxa de desistência alta, principalmente na 4^o Etapa, apontando a necessidade de estratégias para aumentar a contenção dos estudantes. Em 2023, verificou-se uma mudança nas turmas ofertadas, havendo um aumento no grau de desistência na 2^o Etapa em comparação com o ano anterior, enquanto a 3^o Etapa apontou uma taxa de desistência muito menor, indicando uma melhoria na continuidade dos discentes nessa etapa específica. Já em 2024, observa-se que a única turma ofertada é a 4^o Etapa, com um índice de desistência significativo, o que é alarmante e aponta para uma urgência de intervenções específicas a fim de reduzir a desistência e promover a continuidade dos estudos entre os estudantes da EJA.

Nessa perspectiva, as evidências apresentadas pelas taxas variáveis de desistência ao longo dos anos, apresentam os desafios enfrentados pelos discentes da EJA, que podem interromper seus estudos por motivos financeiros, responsabilidades familiares, trabalho, falta de confiança nas próprias habilidades acadêmicas e, consideravelmente, devido à falta de professores qualificados. Quando se discute sobre a educação de jovens e adultos, é preciso “repensar [...] a formação dos professores para lecionar na EJA, tendo em vista que é um público plural e específico que necessita ter uma formação que priorize a relação entre educação e trabalho” (Faria; Moura, 2015, p. 163).

O discurso abaixo, revela alguns motivos que a levam a descontinuidade nos estudos na turma da EJA na referida instituição.

M. S. V., 45 anos: “Não concluí meus estudos no EJA devido o horário, porque nós temos família e muitos afazeres do dia a dia, seria bom a noite. Também não me adaptei com alguns professores que eles diziam que não era pra nós usarmos nem caderno, e nem caneta ou lápis para copiarmos, mas sim o celular pra digitar, só que não tenho muita experiência com o mesmo, pois fazia pouco tempo que tinha adquirido um aparelho, e também tinha professores que só chegavam e entregavam um papel com atividade sem explicar direito, ficava sem saber o que fazer e acabei desistindo” (2024).

A fala dessa ex-aluna revela várias razões pelas quais os sujeitos ribeirinhos decidem não concluir seus estudos na EJA, e isso gera consequências, e dentre estas podem ser identificadas, a menor retenção de alunos, um ambiente de aprendizado menos eficaz e a perpetuação da exclusão educacional. A esse respeito, Parente (2019), faz algumas ponderações:

“Muitas vezes, a sala de aula é vista como um local pouco estimulante, onde há pouca interação, caracterizada pelo silêncio, pela rigidez dos horários, pela privação da espontaneidade e onde os conteúdos são carentes de sentido, dificultando a compreensão dos assuntos abordados em sala devido à falta de conectividade com o cotidiano” (Parente, 2019, p.52).

Dessa forma, é fundamental buscar estratégias para melhorar a qualidade do ensino e reduzir a desistência escolar nesse contexto. Para isso, existem diversas abordagens que podem ser exploradas, como um currículo flexível, métodos de ensino adaptativos, programas de incentivo à permanência, e a formação contínua de professores, orientada para as especificidades da Educação de Jovens e Adultos. Adicionalmente, ressalta-se a importância da EPT para os discentes da EJA nessa comunidade ribeirinha, como meio para motivar e promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e adaptado às necessidades locais.

4.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PODE SER UMA ESTRATÉGIA PARA MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS E REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA EJA? APONTAMENTOS A PARTIR DE DIÁLOGO COM ALUNOS E PROFESSORES

Apesar das limitações apresentadas no modelo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) adotado na escola, é importante destacar que a EJA exerce um papel substancial na construção de novos saberes, especialmente na comunidade de Pacuí de Cima. Considerando esse contexto específico, onde as condições socioeconômicas e geográficas podem apresentar desafios únicos, a EJA torna-se não somente uma ferramenta de aprendizado, mas também um meio de transformação social. A proposta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada à EJA amplia ainda mais suas possibilidades de inclusão social e desenvolvimento sustentável, pois proporciona oportunidades para os discentes ribeirinhos adquirirem habilidades práticas pertinentes à sua realidade local.

Para entender melhor o interesse dos discentes da EJA em participar desse processo de aprendizagem, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos dos questionários encaminhados aos estudantes (matriculados e evadidos) e professores da EMEIF Professora Dilcivane Viana Moia, na comunidade de Pacuí de cima. Inicialmente foi investigada a familiaridade dos discentes em relação a EPT. Por meio das respostas obtidas, foi possível perceber que os alunos da EJA em Pacuí de Cima não conheciam a Educação Profissional e Tecnológica. Isso demonstra que esses sujeitos estão excluídos de alguma forma de oportunidades educacionais relevantes para sua formação profissional, pois a falta de conhecimento impede que reivindiquem e usufruam do que lhes é de direito, que aproveitem os benefícios de uma educação mais prática, voltada para atender as necessidades da sociedade atual.

Ao perguntar aos discentes sobre a importância que a EPT teria na comunidade caso fosse implementada, expressaram que sua implementação seria importante. No entanto, observa-se em seus discursos que percebem que as oportunidades de emprego e educação estão concentradas na cidade, e muitos não apresentam condições para se deslocar para essa área em busca de oportunidades.

J. M. G, aluna da EJA, 38 anos: *“É muito importante porque nós alunos aprendemos coisas muito importante para nós alunos que vivemos no interior e não temos condições para se matricular numa*

escola da cidade. {...} É muito importante no nosso aprendizado de conhecimento social, família etc” (2024).

A realidade dessas comunidades que, de alguma forma, encontram-se em desvantagens no acesso a oportunidades educacionais, é refletida no olhar que os discentes da EJA demonstram em relação as oportunidades estarem nos centros urbanos. Isso reafirma a necessidade de serem criadas oportunidades nas comunidades ribeirinhas, oferecendo-lhes programas de EPT que respeitem e valorizem a realidade local, e atendam suas necessidades específicas, permitindo que esses sujeitos desenvolvam suas capacidades sem a necessidade de saírem de suas comunidades, considerando, dessa forma, suas condições de jovens e adultos trabalhadores e o seu reconhecimento enquanto sujeitos de conhecimentos e, principalmente, sujeitos de direitos.

Nesse sentido é preciso considerar que:

Historicamente, negou-se aos pobres o direito à educação impedindo seu acesso à escola. Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade que se transferiram para o interior do próprio sistema escolar. Estas condições bloqueiam, travam e limitam a eficácia democrática do processo de expansão educacional, conduzindo os pobres para o interior de uma instituição que, em um passado próximo, dispunha de um conjunto de barreiras que limitavam suas oportunidades de acesso e permanência (Gentili, 2009, p. 1062).

Neste ínterim, a EJA/EPT figura como uma forma de superar as lacunas educacionais e criar novas oportunidades para os discentes, pois, após a explicação do que se trata a educação profissional, os mesmos demonstram que essa proposta de implementação pode beneficiar toda a comunidade ribeirinha como pode ser observado no relato abaixo:

T. Aluna da EJA, 55 anos: *“Nós não tivemos a oportunidade antes, eu vejo que é uma oportunidade muito boa pra nossa gente ribeirinha. [...] Me sinto motivada para estudar e espero que continue dando oportunidade para outras pessoas” (2024).*

Nota-se que há um reconhecimento das oportunidades que lhes foram negadas quando o discente menciona “Nós não tivemos oportunidades antes” e diante da consciência da falta de acesso, ressalta a relevância dessas modalidades educacionais não apenas na vida individual, mas na comunidade como um todo.

Os docentes, por sua vez, como sujeitos do trabalho pedagógico responsáveis por mediar o processo de construção do conhecimento, também consideram a importância dessas oportunidades educacionais para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Essa afirmação se sustenta quando os professores, ao responderem como a integração da EJA/EPT poderia melhorar o processo de ensino-aprendizado dos discentes, destacaram:

Professor da EJA 1: *“A EPT é de suma importância, pois traz mais praticidade às aulas, inovando o ensino-aprendizagem dos alunos em questão. É importante preparar para o mercado de trabalho, porém também levar em consideração uma educação de qualidade para esses alunos”* (2024).

Professor da EJA 2: *“A EPT é uma forte aliada para o desenvolvimento dos alunos que frequentam as salas da EJA. Além de trazer leveza às aulas, esses cursos podem melhorar o aprendizado e estimular os alunos a participarem mais das aulas”* (2024).

Considerando a relevância destacada pelos sujeitos da pesquisa e o contexto ao qual estão inseridos, buscou-se entender suas motivações pessoais em participar de cursos de Formação Inicial e Continuada ofertados pela EPT em conjunto com a EJA. No discurso dos educandos é possível perceber que valorizam a possibilidade de complementar sua formação com habilidades técnicas e profissionais, ao mesmo tempo que reforçam a relevância de uma formação integral que considere também o desenvolvimento de suas habilidades técnicas e profissionais. Entretanto, é preciso que a EPT não se restrinja apenas a um discurso de qualificação, mas se traduza em mudanças concretas, buscando promover transformações efetivas nas práticas educacionais, e assim, beneficiar diretamente a aprendizagem dos sujeitos da EJA.

Nessa perspectiva, todos os discentes entrevistados apresentam um alto nível de interesse em participar de um curso FIC junto com o EJA. Isso revela percepções positivas sobre o propósito dos mesmos em buscar oportunidades complementares de aprendizado, além daquelas oferecidas pelo currículo tradicional da EJA.

Coloca-se, portanto, a necessidade de:

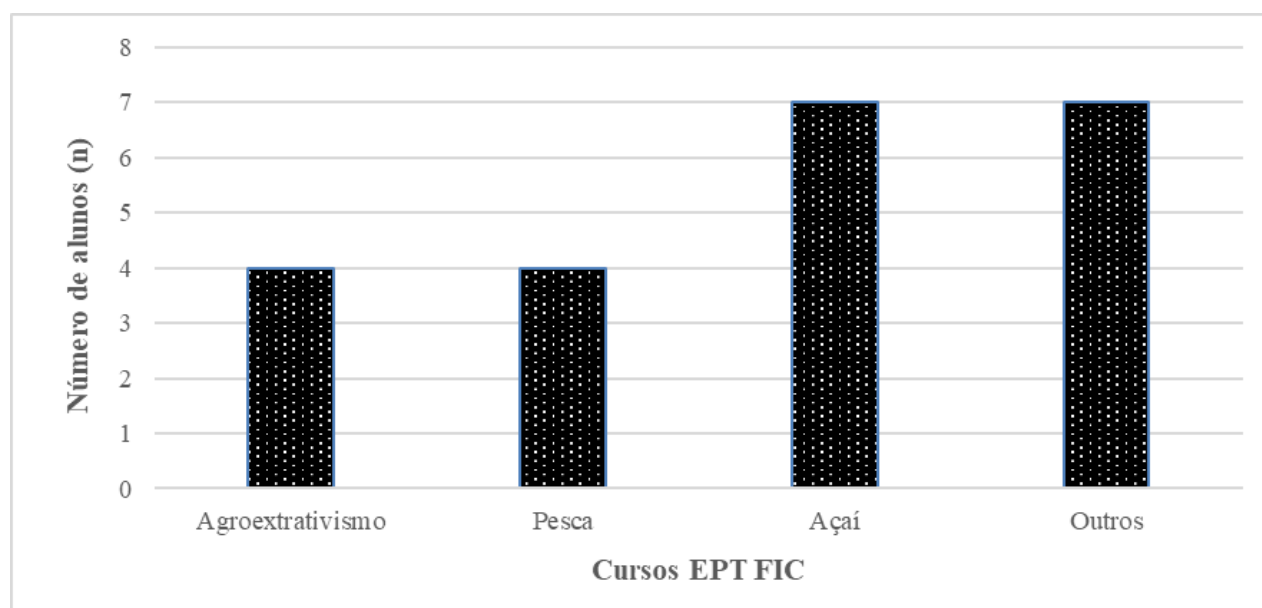
[...] transformar as escolas e suas práticas e culturas tradicionais e burocráticas que (através da retenção e da evasão) acentuam a exclusão social, em escolas que eduquem as crianças e os jovens proporcionando-lhes um desenvolvimento cultural, científico e tecnológico que lhes assegure condições para fazerem frente às exigências do mundo contemporâneo (Pimenta, 2002, p. 40).

Dentre os inúmeros cursos que o programa FIC tem a oferecer, foram apresentados aos discentes os cursos em agroextrativismo, pesca e açaí e questionados sobre o que mais lhes motivaria em participar dos cursos, entre as

inúmeras respostas obtidas, as que mais ressaltam o anseio de todos os educandos são, “*me motiva porque eu vejo que precisamos muito desses conhecimentos*” (J. R.P.W, aluno da EJA, 39 anos, 2024). Outro educando resalta “*quero adquirir novos conhecimentos para desenvolver novas técnicas e traria benefícios para minha família e para nossa comunidade*” (N. V. F, aluno da EJA, 54 anos, 2024).

Os resultados alcançados, como pode ser visto no gráfico abaixo (Figura 2), esclarecem visivelmente as preferências dos alunos em relação aos cursos expostos.

Figura 2: Preferência de cursos motivadores entre estudantes da EJA



Fonte: Autores, 2024.

Por meio da análise do gráfico é possível observar as preferências dos estudantes da EJA em participar de um curso FIC junto com o EJA. As categorias “Agroextrativismo” e “Pesca”, foram escolhidas por 4 (quatro) estudantes, que demonstram interesse expressivo, representando a importância econômica e cultural dessas áreas. Açaí e “Outros” são os mais populares, com 7 (sete), registrando um número significativo de escolhas, isso aponta uma diversidade de interesses e o valor do açaí na região. É importante ressaltar que os discentes puderam escolher mais de um curso, refletindo uma variedade de interesses. Entre os “outros” cursos sugeridos pelos alunos, destacam-se o Artesanato, a Horticultura e Informática. Esses dados sugerem a necessidade de diversificar a oferta de cursos, para atender às diferentes demandas dos sujeitos da EJA. Contudo, é essencial que esses cursos sejam planejados a curto, médio e longo prazo, com o objetivo de garantir uma formação contínua e sustentável. Dessa forma, seria possível garantir que os discentes da EJA que estão inseridos nessas comunidades, tenham oportunidades consistentes de elevação da escolaridade e qualificação profissional, possibilitando seu desenvolvimento integral, e sua integração no mundo do trabalho.

Entende-se que a escolha do curso reflete não somente as pretensões profissionais dos discentes, mas também a vontade de adquirir conhecimentos que possam ser utilizados diariamente em suas vidas e contextos locais, como destaca uma aluna em sua fala: “[somado] com o conhecimento que já temos, ajudaria muito no nosso crescimento pessoal e profissional e gerar renda familiar” (M. A. M, aluna da EJA, 19 anos, 2024). Esse desejo é notado também nos discursos de sujeitos que não estão nos bancos escolares, que precisaram interromper seus estudos por circunstâncias pessoais.

M. S. V. W, ex-aluna, 44 anos: *“Seria muito importante se viesse esses cursos, com eles talvez eu voltaria a estudar, pois sou muito curiosa e ficaria mais interessante as aulas porque iríamos aprender na prática. Também isso pode trazer mais benefícios para nossa vida”* (2024).

As falas desses indivíduos revelam o impacto significativo que esses cursos teriam na comunidade, visto que são oportunidades concretas que despertam o interesse de pessoas que desistiram dos estudos em retornar à escola. Todavia, é preciso considerar o questionamento de um estudante sobre a utilidade e aplicabilidade do que será ensinado. Em sua exposição abaixo, revela uma importante reflexão sobre a adaptar à realidade dos discentes.

J.R.P.W, aluno da EJA, 39 anos: *“É bom a gente lembrar também, que se for pra vim esses cursos e os professores da cidade virem ensinar coisas que a gente já sabe fazer, e que sabemos que não dá certo, não adianta. Já veio uma vez um curso por uma associação que tem aqui na comunidade e vieram pessoas ensinar um monte de coisa que para nós não fez sentido, a gente trabalha com isso durante toda a vida e sabe que não dá certo, é bom se vim para acrescentar com que a gente já sabe”* (2024).

É importante destacar que a fala do discente revela uma preocupação em evitar uma educação descontextualizada, demonstrando um entendimento sobre como ela afeta negativamente a eficácia do aprendizado. Conforme Nogueira (2009):

Cabe ao professor perceber o que os alunos almejam com os estudos e com base nessa informação ele deve construir uma prática para atender às diferentes necessidades de aprendizagem. Deixar que cada aluno contribua com suas lembranças e experiências é fundamental para que todos se sintam inseridos neste processo. Nesse caso, deve-se priorizar o que é relevante de fato para a turma, ao mesmo tempo repensar as formas de mediação dos conteúdos e de avaliação da EJA (Nogueira, 2009, p. 2).

Logo, diante a todos os pontos levantados fica evidente a motivação dos alunos em relação às oportunidades que a integração da EPT na EJA traria, não apenas como meio de adquirir habilidades práticas e importantes para o mercado de trabalho, mas também por ser uma forma de serem incluídos, e terem sua realidade e seus saberes valorizados. Isso não só contribuiria para reverter as elevadas taxas de desistência, mas propiciaria um estímulo para que retornem e permaneçam num ambiente educacional mais inclusivo e engajador, alinhado com o contexto, as necessidades e expectativas desses sujeitos.

4.3 DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EPT EM TURMAS DE EJA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

A partir da pesquisa de campo realizada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), investigaram-se os aspectos que demonstram os desafios referentes à implementação da EPT, bem como a oferta dos cursos de formação inicial e continuada (FIC) junto com a EJA nas comunidades ribeirinhas. Para obter esses resultados, foi realizada uma entrevista com o chefe de divisão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do município de Cametá, e considerados alguns pontos levantados pelos professores.

Para iniciar essa reflexão, é preciso compreender como a SEMED percebe o papel da EPT no sentido de promover o desenvolvimento profissional e socioeconômico dos discentes ribeirinhos. Abaixo, apresentamos o relato do Chefe da Divisão da EJA da SEMED.

Chefe da divisão da EJA: *“Vemos como um fato muito importante, devido, a grande maioria de nossos alunos da EJA serem adultos, então esse curso, ele vai dar capacitação pra eles e também uma oportunidade para que eles possam se inserir no mercado de trabalho. No que tange a questão do nosso alunado ribeirinho, a gente pensa voltado para criação de peixe, agricultura, enfim. Então a gente já analisou essa possibilidade de estar levando esse tipo de curso pra lá pro interior” (2024).*

Diante desse argumento, entende-se que a Secretaria ver a EPT como um pilar essencial para o desenvolvimento educacional dos alunos da EJA das comunidades ribeirinhas. Cabe apontar quais os desafios para que de fato essa implementação aconteça. A resposta para tal questionamento foi:

Chefe da divisão da EJA: *“A gente já se planejou para levar esses cursos para zona ribeirinha, mas devido a logística, questão de transporte, deslocamento dos professores, ainda não foi viável. Como há dificuldades para implementar esses projetos nos preocupamos e dar o suporte e cabe aos diretores das escolas fazerem com que esses alunos permaneçam na instituição” (2024).*

Diante do exposto, evidencia-se a falta de programas de EJA nas comunidades ribeirinhas. Quando é relatado que “ainda não foi viável” devido a logística e transporte, indica que soluções inovadoras e investimentos precisos ainda não foram encontrados e, principalmente, priorizados. Isso destaca uma lacuna crítica na acessibilidade e inclusão desses sujeitos.

Em face dos desafios expostos, surgem questões sobre quais medidas estão sendo consideradas pela SEMED para superá-los e garantir o sucesso dessa iniciativa nas comunidades ribeirinhas. O Chefe de divisão da EJA esclarece que:

Chefe da divisão da EJA: *“A gente tem a parceria com o IFPA que oferta esses cursos técnicos profissionalizantes e no primeiro momento foi implantado na Zona Urbana, teoricamente mais fácil. Temos o projeto EJA EPT FIC, onde a gente oferta cursos tecnológicos para os alunos da 3º e 4º etapa da EJA na Zona Urbana. A gente teve dificuldade aqui com a questão da documentação desses alunos, muitos não tem. Tentamos expandir esses cursos para zona ribeirinha, visto que nosso maior público de alunado da EJA se encontra na zona rural. Falta capacitar mais esses nossos alunos, temos consciência que a gente precisa dar um suporte para permanecerem em sala de aula e a gente já tentou, através de propostas com a Secretaria, através de demandas apresentando as dificuldades que eles têm, mas ainda não conseguimos” (2024).*

Constata-se, então, que há uma parceria com o Instituto Federal do Pará (IFPA) para ofertar cursos profissionalizantes, o que é uma iniciativa muito valiosa, já que esses cursos podem proporcionar habilidades práticas e oportunidade de trabalho. No entanto, não são apresentadas soluções para superar os desafios da implementação da EPT nas turmas de EJA na zona ribeirinha. Foi apenas relatado as tentativas de implementar essas propostas através da Secretaria Municipal de Educação, que não resultaram em ações concretas, indicando uma lacuna entre o reconhecimento do problema e a execução das soluções. Isso faz com que os alunos da EJA que vivem nessas comunidades sejam privados de oportunidades de aperfeiçoamento profissional e ingresso no mundo de trabalho. A falta de ações afeta negativamente as perspectivas de futuro dos discentes e agrava a desigualdade no acesso à educação de qualidade, perpetuando, assim, a exclusão social desses sujeitos.

Vale ressaltar que, a iniciativa para superar esses desafios pode partir do próprio IFPA, que, como parte de suas responsabilidades, poderia atuar de forma colaborativa com os atores locais, como prefeituras e outras instituições, para promover ações concretas que atendam as especificidades das comunidades ribeirinhas, fortaleçam o desenvolvimento local e viabilizem a implementação da EPT, superando as dificuldades educacionais. Um primeiro passo nesse sentido foi dado pelo IFPA ao ofertar o curso de Especialização em Docência para o Ensino Profissional, Científico e Tecnológico na Educação de Jovens e Adultos, a fim de qualificar os docentes que atuam e/ou pretendem atuar em turmas da EJA.

Durante uma reflexão sobre a integração da EPT nas turmas da EJA, e os desafios para que essa proposta se concretize, os professores consideraram que:

Professor 1: “São muitos os desafios, como condições de acesso e permanência, ações pedagógicas para auxílio nos estudos, bolsas que possam garantir passagens, alimentação, especialmente, um currículo voltado para a formação integral desses sujeitos” (2024).

Professor 2: “A estrutura do local, o próprio mercado e a oferta do curso” (2024).

Analisando os pontos destacados, percebe-se que os docentes apresentam uma série de desafios que vão das condições de acesso e permanência, até a necessidade de um currículo voltado para a formação integral. É apresentado ainda, a questão da infraestrutura da instituição e a adequação dos cursos às demandas do mundo do trabalho. Esses fatores influenciam diretamente na formação educacional e profissional desses estudantes da EJA.

Nesse sentido, as discussões revelaram desafios que carecem ser enfrentados, para assegurar que os discentes tenham acesso equitativo e oportunidades justas de educação. Uma das abordagens seria possibilitar parcerias estratégicas entre o IFPA, Prefeitura e outras organizações locais, para melhorar o acesso à educação e à formação profissional desses sujeitos que fazem parte das comunidades ribeirinhas, garantindo-lhes, cursos que podem impulsionar a geração de renda e o empreendedorismo. Além disso, destaca-se a necessidade de investimentos em soluções logísticas que garantam a implementação da EPT também nas escolas ribeirinhas. Compreende-se que com uma governança eficaz e negociações adequadas, pode-se superar os desafios logísticos e assegurar a inclusão dos educandos ribeirinhos da EJA nos programas educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em uma escola ribeirinha de Cametá-Pá revelou uma série de desafios e oportunidades. Ao investigar a realidade da instituição de ensino, na qual estão inseridos os sujeitos da EJA, ficou evidente a falta de professores qualificados para a EJA, a baixa frequência dos discentes e a preocupante taxa de desistência escolar. Apesar disso, surgiram vislumbres de esperança, especialmente ao destacar as possibilidades que a EPT pode levar, fornecendo habilidades práticas pertinentes para a comunidade ribeirinha.

Os dados coletados apontaram para a relevância da integração da EPT na EJA como um meio para motivar e promover a inclusão social desses jovens e adultos. No entanto, uma série de ações precisam ser realizadas, tanto por parte do IFPA, quanto do poder público municipal. Destaca-se que a oferta de educação profissional é função do IFPA, que também tem como objetivo, segundo a Lei 11.892/2008,

estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Assim, o Instituto deve se posicionar como articulador de parcerias estratégicas que garantam a integração da EPT a EJA. Por outro lado, a Prefeitura Municipal precisa garantir o suporte logístico, como transporte e infraestrutura adequada, para que seja possível a oferta da EPT nas escolas ribeirinhas. Entende-se que a atuação, de forma colaborativa entre as instituições, é o melhor meio para garantir o acesso à educação profissional por essas comunidades.

As perspectivas dos discentes e docentes foram centrais para entender as necessidades e expectativas da comunidade escolar. Desse modo, é fundamental repensar as práticas educacionais, para atender às necessidades específicas dos sujeitos da EJA das comunidades ribeirinhas. Os cursos a serem ofertados precisam ser pensados em curto, médio e longo prazo, voltados para a geração de renda e o desenvolvimento sustentável da comunidade. A oferta de uma educação prática e contextualizada, aliada a um currículo flexível que valorize os saberes que esses indivíduos possuem pode ajudar a combater as desistências e oferecer oportunidades de aprendizado não só para adentrarem ao mundo letrado, mas para contribuir em sua vida profissional, por meio de saberes e técnicas, que podem melhorar suas práticas cotidianas e favorecer as atividades econômicas que já exercem.

Nesse sentido, a EPT integrada a EJA figura como uma oportunidade de aprendizado prático e relevante para capacitar os sujeitos da EJA que vivem nas comunidades ribeirinhas para enfrentar os desafios presentes no mundo contemporâneo, permitindo-lhes não apenas acesso ao mundo do trabalho, mas também a autonomia e a participação ativa no desenvolvimento de sua comunidade. Ao lado disso, ampliam-se as possibilidades de inclusão social, combatendo o baixo índice de escolarização, e oportunizando o retorno à vida escolar. Assim, é necessário um compromisso de todas as partes envolvidas – IFPA, Prefeitura, comunidade e educandos – para superar os obstáculos e garantir que as oportunidades que essas modalidades de ensino têm a oferecer, cheguem de maneira efetiva, e transformem a realidade educacional e social dos sujeitos da EJA pertencentes às comunidades ribeirinhas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Joaquim Freitas. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.

AZEVEDO, Márcio Adriano; TAVARES, Andrezza Maria B. do Nascimento. Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional no Brasil: caminhos e descaminhos no contexto da diversidade. **Holos**, v.4, Ed. Especial, p. 107–118, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.3182>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 11, de 10 de maio de 2000**. Câmara da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC/CNE, 09 jun. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 22 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 10 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base PROEJA Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2007.

CAMPOS, Edna Lúcia F. **A Infrequência dos Alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. URL: <http://ejatrabalhadores.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/campos-edna-lucia-ferreira.htm>

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, p. 1 -20, 2005. URL:

file:///D:/BACKUP/Downloads/6122-Texto%20do%20Artigo-25556-1-10-20180610%20(1).pdf

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/204296>

FARIA, Débora S. A.; MOURA, Dante Henrique. Desistência e permanência de estudantes de ensino médio do PROEJA. **HOLOS**, v. 4, p. 151-165, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.3195>

GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>

NOGUEIRA, R. C. **A perspectiva do ensino de história na EJA: a partir dos instrumentos avaliativos**. São Paulo. 2009. Disponível em: <https://antigo.plannetaeducacao.com.br/portal/a/91/a-perspectiva-do-ensino-de-historia-na-eja-a-partir-dos-instrumentos-avaliativos>. Acesso em 25 junho de 2024.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Jovens e adultos**. Rio de Janeiro: 2010. Rede Internacional Virtual da Educação. Disponível em: rived.poinfo.mec.gov.br. Acesso em: 25 maio. 2024.

PARENTE, Rayce Cristina Monteiro. **Evasão escolar: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO**. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Palmas. Morrinhos, 2019. URL: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/848>

PARENTE, Rayce Cristina Monteiro; OLIVEIRA, Juçara de Fátima Alves Campos. **A evasão no IFTO: um olhar sobre o PROEJA**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 5., 2019, Brasília. Anais. Brasília: Editora da Educação, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à educação profissional. **Educação e Realidade**, v. 36, n. 1, p. 65-85, 2010. URL: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/11029/7197>

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação de Jovens e Adultos: Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo/Brasília, 1987. Disponível em: <http://forumeja.org.br>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SILVA, José Moisés Nunes. A educação de jovens e adultos integrada à educação profissional no Brasil: 13 anos depois. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 45-58, out./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n4p169-185>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.